A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS E O NEOCONSERVADORISMO: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS

Juliana Luciana da Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6337-4478
Endereço eletrônico: juliana.luciana@estudante.ufjf.br

Palavras-chave: militarização; neoconservadorismo; gestão democrática; resistências.

INTRODUÇÃO

A ascensão de ideais neoconservadores no Brasil, especialmente a partir da segunda década do século XXI, encontrou na educação um de seus principais campos de batalha. Entre as políticas educacionais que materializam esse projeto, destacam-se programas de escolas cívico-militares, que transferem a gestão de instituições públicas a militares (polícias, bombeiros, Forças Armadas). Presente em todas as unidades da federação, essa modalidade é discursivamente apresentada como solução técnica para violência e baixo desempenho, mas revela-se, na prática, como um dispositivo estratégico de avanço autoritário que suprime a gestão democrática e a formação crítica (Santos, 2020; Alves; Santos; Bordin, 2023).

Embora a militarização da educação básica remonte à década de 1990, sua expansão ganhou novo impulso após as eleições de 2018, com a criação do Decreto nº 10.004/2019 que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), com repasse de recursos da União para estados e municípios.

Um levantamento do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação, Economia e Políticas Educacionais (DEEP-USP), sistematizado na Nota Técnica “Escolas de educação básica militarizadas e militares no Brasil: base de dados nacional” (Cássio, 2026), identificou 1.578 escolas militarizadas no país, o que representa um salto de 595% em relação a 2019, quando existiam apenas 265 unidades. Em 2014, início da série histórica, eram apenas 48

escolas.

A militarização compromete a democracia escolar ao restringir o acesso, enfraquecer a gestão participativa e limitar o ensino de direitos humanos (Santos; Alves; Lacé, 2023). Diante disso, o objetivo central deste artigo é demonstrar que a militarização escolar constitui um mecanismo eficaz de disseminação de valores neoconservadores, atuando como dispositivo de controle que esvazia o caráter democrático e crítico da educação pública. A justificativa reside na urgência de compreender como projetos neoconservadores se materializam em políticas educacionais, ameaçando conquistas históricas.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e documental, apoiada em análise crítica de decretos, portarias e programas governamentais (especialmente o PECIM), complementada por extensa revisão da literatura especializada. O referencial teórico articula contribuições de Apple (2003) e Brown (2019) sobre conservadorismo e neoconservadorismo; Lacerda (2019), Lima e Hypolito (2019) sobre o avanço conservador no Brasil; e Santos (2020), Alves, Santos e Bordin (2023) e Santos, Alves e Lacé (2023) sobre a militarização e hipermilitarização do Estado.

A análise documental foi robustecida com os dados atualizados da Nota Técnica do DEEP-USP (2026), que apresenta a primeira base de dados nacional sistematizada de escolas com atuação cotidiana de militares no Brasil, cruzada com o Censo Escolar 2025 do Inep. A abordagem qualitativa permite desvelar as intencionalidades políticas subjacentes ao discurso da eficiência e disciplina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados, atualizados com a Nota Técnica do DEEP-USP (Cássio, 2026), evidenciam a presença de 1.578 escolas militarizadas no Brasil em maio de 2026. Isso representa um aumento de 595% em relação a 2019 (265 unidades) e de 28,9 vezes desde 2014 (48 unidades).

A militarização atualmente atinge 862 municípios, o que corresponde a 15,5% do total do país, sendo um fenômeno quase exclusivo da educação pública: escolas estaduais correspondem a 66,3% (1.047) e municipais a 31,6% (499) das unidades militarizadas. Em 60

municípios brasileiros, 100% das matrículas, em ao menos uma etapa da educação básica, estão em escolas militarizadas, o que desmente o argumento de "escolha escolar" (Cássio, 2026).

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE, 2024) aponta que 21,4% dos casos de violação do direito à educação nos últimos 11 anos estão atrelados à militarização.

Os resultados confirmam o alinhamento da militarização com a agenda neoconservadora. Segundo Apple (2003), a "aliança conservadora" articula neoliberais, neoconservadores e setores autoritários para subordinar a educação ao controle social. Brown (2019) acrescenta que o neoconservadorismo opera com retórica de crise permanente, justificando intervenções autoritárias. No caso brasileiro, Santos (2020) desenvolve a noção de "pedagogia do quartel", demonstrando que o modelo substitui princípios pedagógicos por normas de segurança, controle e obediência.

Lima, Golbspan e Santos (2022) destacam que a militarização impõe ataques à diversidade (classe, raça, gênero, sexualidade) e homogeneíza alunos, visando formar seres disciplinados e normatizados. Alves e Toschi (2019) observam que a gestão militar muda a concepção de formação, "como se a função da escola básica fosse formar soldados". A análise documental revela supressão de debates sobre gênero e racismo, cerceamento da liberdade de expressão e substituição de projetos pedagógicos por treinamento disciplinar.

As vantagens alegadas (segurança, disciplina) são desmentidas pelos dados. Estudos documentam aumento de perseguição a estudantes, revistas vexatórias, censura a material didático e intimidação de professores críticos (Santos, 2020; Lima; Golbspan; Santos, 2022). A própria CNDE (2024) lista violações constitucionais: liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, valorização de profissionais da educação e gestão democrática (BRASIL, 1988), além de direitos do ECA e do Estatuto da Juventude.

O enfrentamento a essa violação e a garantia dos direitos educacionais só serão possíveis mediante a luta. Em julho de 2024, o governo de Minas Gerais anunciou a militarização em massa de mais de 700 escolas estaduais, com prazos curtíssimos e falta de transparência. A reação da comunidade educacional foi imediata: sindicatos (Sind-UTE/MG), coletivos ("Nossa Classe"), associações de pais e estudantes organizaram assembleias, greves e campanhas. A pressão coletiva forçou um recuo governamental, mostrando que a mobilização organizada pode frear avanços autoritários imediatos. Esse caso exemplifica

como a resistência democrática é central para interromper o projeto neoconservador.

CONCLUSÕES

A militarização das escolas públicas configura-se como eixo central do projeto neoconservador no Brasil, utilizando a educação como instrumento de controle social e supressão de direitos democraticamente conquistados. O objetivo do artigo – demonstrar que a militarização atua como mecanismo de disseminação de valores neoconservadores – foi alcançado por meio da análise documental, dos dados quantitativos (crescimento expressivo do modelo) e da discussão comparada com a literatura (Apple, 2003; Lacerda, 2019; Santos, Alves, Lacé, 2023; Cássio, 2026; entre outros).

Os resultados atualizados pela Nota Técnica do DEEP-USP (2026) mostram que a militarização atingiu 1.578 escolas, alcançando 862 municípios e comprometendo 6,2% das matrículas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, além de anular a possibilidade de escolha escolar em 60 municípios. Apesar da retórica de eficiência e disciplina, o modelo não melhora a aprendizagem, viola princípios constitucionais e gera graves violações de direitos.

A resistência em Minas Gerais (2024) prova que a mobilização coletiva pode impedir avanços imediatos, mas não assegura o fim da ameaça. A discussão sobre a constitucionalidade do modelo segue em aberto no STF, com quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade em tramitação.

Assim, recomenda-se: (a) ampliar a crítica acadêmica desmontando narrativas falaciosas; (b) fortalecer a gestão democrática com participação real das comunidades; (c) articular alianças nacionais de proteção contra a militarização, especialmente em estados governados pela direita. Como afirmou Paulo Freire, “a educação não muda o mundo, muda pessoas, e pessoas mudam o mundo”. Defender uma escola pública, laica, democrática e emancipadora é um ato de resistência política e esperança.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educando à Direita:** Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

CÁSSIO, Fernando. **Escolas de educação básica militarizadas e militares no Brasil:** base de dados nacional [Nota Técnica]. São Paulo: DEEP-USP, 22 mai. 2026. Disponível em: https://deep.fe.usp.br. Acesso em: 01 jun.2026

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CNDE). **Violações do direito à educação e militarização**. Brasília: CNDE, 2024. Disponível em: https://campanha.org.br/busca/?q=direito+a+educa%C3%A7%C3%A3o . Acesso em: 01 jun.2026

Governo de Minas lança programa para reforçar segurança nas escolas da rede estadual. **Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.** 12 março de 2026. Disponível em: https://www.educacao.mg.gov.br/governo-de-minas-lanca-programa-para-reforcar-seguranca-nas-escolas-da-rede-estadual/. Acesso em: 06 jun. 2026

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LIMA, Licínio C.; HYPOLITO, Álvaro M. **Políticas Educacionais e Neoconservadorismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2019.

LIMA, Licínio C.; GOLBSPAN, André; SANTOS, Catarina de Almeida. A militarização das escolas e o ataque à diversidade. **Educação & Sociedade**, v. 43, e245678, 2022.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábia; BORDIN, Marcelo. Militarização da Educação e Hipermilitarização do Estado Brasileiro. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1738. Acesso em: 11 jun. 2026.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábia; LACÉ, Andressa. Militarização das escolas públicas no Brasil: desmilitarizar as escolas para salvar a educação pública e a democracia. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 13–24, 2023. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1787. Acesso em: 08 jun. 2026.

SANTOS, Graziella Souza dos. O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–19, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15348.066. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15348. Acesso em: 09 jun. 2026.